



ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputado. Leitura da ata. *“Ata da Oitava Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Pedrossian Neto e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lidas e aprovadas as Atas de números Dez e Onze das Sexta e Sétima Sessões Ordinárias. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 96/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 14/2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – Departamento Penitenciário Nacional; Ofício nº 174/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofício nº 262/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Ofício nº 1/2023, dos Conservadores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 9.394/2023, da Procuradoria-Geral do Município de Ponta Porã; Ofício nº 23/2023, da Prefeitura Municipal de Ivinhema; SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Pedrossian Neto, Rafael Tavares, Pedro Kemp, João Mattogrosso, Roberto Hashioka, Mara Caseiro, Amarildo Cruz, Coronel David, Antonio Vaz e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Zé Teixeira, João Henrique, Junior Mochi, Professor Rinaldo, Lia Nogueira, Jamilson Name, Neno Razuk e Paulo Corrêa. Com a palavra, pela ordem, o deputado Londres Machado solicitou o destaque do Requerimento nº 356/2023, de autoria do deputado João Henrique. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Junior Mochi. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares da professora Therezinha Mandetta Trad; requerimentos de moção de pesar, de autoria dos deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp, endereçadas aos familiares de Maria Aparecida de Matos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada aos familiares de Ana Petzold Valle e Elvira Ueno Araújo; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Amarildo Cruz, endereçada aos judocas José Marco Pereira Leite Demarco, Milena Maria Pereira Leite Demarco e Ana Clara Pereira Leite Demarco; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçada ao tenente-coronel Rigoberto Rocha da Silva, do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, extensiva a todos os policiais do referido batalhão pelo trabalho desempenhado durante o período de carnaval, quando,*



além do desenvolvimento das atividades e ações já pertinentes ao referido grupamento, lograram êxito em prender três foragidos da Justiça com mandados de prisão pelo crime de estupro; requerimento, de autoria do deputado Marcio Fernandes, em conjunto com os demais parlamentares subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Agronegócio; requerimento, de autoria dos parlamentares subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social; requerimento, de autoria dos parlamentares subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e Adolescente; requerimento, de autoria dos parlamentares subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando audiência pública no dia 17 de abril de 2023 para reflexão sobre a Campanha da Fraternidade de 2023, cujo tema é 'Fraternidade e Fome'; requerimento de informações, de autoria do deputado Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Rafael Tavares, Mara Caseiro, Gerson Claro, Renato Câmara, João Mattogrosso, Junior Mochi, Coronel David, Jamilson Name, Roberto Hashioka, Lia Nogueira, Pedro Kemp Lucas de Lima e Neno Razuk. Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto pediu vista do Requerimento nº 356/2023, de autoria do deputado João Henrique. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 1º de março de 2023: Ofício nº 5/2023, do Ministério da Agricultura e Pecuária – Superintendência da Agricultura e Pecuária no Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando a liberação do recurso financeiro referente ao saldo remanescente do Terceiro Termo do Convênio nº 891286/2019/Suasa; Ofício nº 100/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do nosso vice-presidente, deputado Renato Câmara. Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre deputado Pedrossian Neto... Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, Mesa. Bom dia, nobres colegas. Peço a palavra apenas para registrar algumas indicações. A primeira é endereçada à prefeita Adriane Lopes, solicitando a retomada das obras de construção do Emei localizado no bairro Jardim Radialista. A segunda indicação é endereçada ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de redutor de velocidade à rua Marquês de Leão, na altura do número 652, em frente à igreja IPR, no bairro Parque Novos Estados; implantação de redutor de velocidade à rua São Crispim, na altura do número 606, bairro Jardim Futurista; instalação de um semáforo com faixa de pedestre



no cruzamento da avenida Gunter Hans com a rua Generoso de Albuquerque, no bairro Aero Rancho. Somente isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados, pessoas aqui presentes no Plenário. Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja enviada a presente moção de congratulação aos guardas civis metropolitanos de Campo Grande abaixo mencionados, extensiva a todos os servidores municipais da GCM, pelo trabalho desempenhado na madrugada do dia 18/02/2023, em ação social de grande impacto na comunidade. Justificativa. Na madrugada do dia 18/02/2023, um sábado, os guardas civis metropolitanos de Campo Grande Sebastião Rodrigues Franco, Júlio Cesar de Oliveira Honório, Vagner Eduardo de Souza e Ricardo Aguiar Castelhana, ao abordarem um adulto e uma criança em um ponto de ônibus em frente a uma escola municipal no bairro Paulo Coelho Machado, em Campo Grande, se sensibilizando com a situação de abandono e a falta de meios daquelas pobres pessoas, custearam com recursos próprios as passagens rodoviárias para que ambos pudessem retornar à sua cidade, no interior do estado. Os referidos guardas civis metropolitanos agiram em prol da comunidade, para além do aspecto ostensivo da Guarda, enfatizando que segurança pública não é só repressão, há também um trabalho social a prestar à comunidade, fortalecendo os laços desta com as forças de segurança, ampliando a confiança nesse importante trabalho realizado pelos servidores. Se aprovada, a presente moção deverá ser encaminhada nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representante de todos os segmentos sociais do estado, por proposição do deputado Pedrossian Neto, congratula-se com os guardas civis metropolitanos Sebastião Rodrigues Franco, Júlio Cesar de Oliveira Honório, Vagner Eduardo de Souza e Ricardo Aguiar Castelhana, extensivo a todos os servidores da Guarda Civil Metropolitana de Campo Grande, pela ação do dia 18 de fevereiro de 2023, ao acolher pessoas em situação de vulnerabilidade, auxiliando-as com recursos próprios. Sem mais, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Vou pedir licença ao ilustre deputado Amarildo Cruz, mas tenho de dar uma notícia... Acaba de falecer a mãe do Odilon, nosso prefeito de Aquidauana, a dona Maria Tereza. E eu gostaria de



propor, se Vossa Excelência aprovar, presidente, com os líderes e demais colegas, uma moção de pesar em nome da Casa pelo passamento da dona Maria Teresa, que era muito respeitada por todos nós, ela que atuou na política praticamente a vida inteira. Queira me desculpar, deputado Amarildo... Vou mandar fazer a moção, e aí trago para Vossa Excelência, presidente, para aprovarmos pela Casa. Estamos consternados pelo passamento da dona Maria Tereza. Obrigado.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Presidente, bom dia. Bom dia, colegas deputados, deputadas presentes e quem nos acompanha. Em primeiro lugar, presidente, na condição de líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, eu quero justificar a ausência do deputado Zeca do PT. O deputado Zeca do PT está ausente em função do falecimento da sua sobrinha, a Carla Cristina dos Santos Vitória, que vinha lutando contra um câncer. Ela fez sua passagem ontem, e o deputado Zeca está ausente hoje porque está junto com seus familiares. Em razão do ocorrido, eu registro uma moção de pesar, que fica à disposição para os colegas que queiram também assinar. Quem sabe até pudéssemos transformá-la numa moção da Casa. A moção então é dirigida aos familiares da Carla Cristina dos Santos Vitória, sobrinha do deputado Zeca do PT. Quero apresentar também uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, Eduardo Ridel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, Hélio Peluffo Filho, solicitando reparos urgentes na cabeceira da ponte localizada na MS-170, próximo ao assentamento São Manuel, no município de Anastácio. Mais uma indicação, esta a ser encaminhada ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, aqui de Campo Grande, solicitando, em caráter prioritário, providências no sentido de aperfeiçoar a sinalização vertical bem como de instalar lombadas eletrônicas na avenida Fábio Zahran, nas imediações do bairro Jardim Joquey Club, entre a bifurcação da referida avenida com a rua Violetas; e também na rua Ouro Branco, nas proximidades do atacadista Assaí, nesta Capital. Por enquanto é só isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado João Matogrosso.

DEPUTADO JOÃO MATOGROSSO (PSDB) — Bom dia, presidente, em seu nome cumprimento a Mesa Diretora. Bom dia, nobres pares, quem nos acompanha pela TV Assembleia e os que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Tenho algumas indicações pedindo melhorias para a nossa querida Cidade Morena, todas dirigidas à nossa prefeita, com cópia ao secretário Domingos Sahib Neto. Temos também uma moção de pesar. Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Tetsue Arashiro, que faleceu aos oitenta e seis anos, ex-vereador de Campo Grande e ex-presidente da Associação Okinawa. Por fim, registro uma moção de congratulação endereçada à nossa deputada estadual Mara Caseiro. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à excelentíssima deputada estadual Mara Caseiro, presidente do PSDB Mulher de Mato



Grosso do Sul, por ser a segunda mulher da história da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul a assumir a Comissão de Constituição e Justiça e Redação (CCJR), sendo que a primeira a ocupar esse honroso posto foi a ex-deputada estadual e ex-conselheira do Tribunal de Contas do Estado Celina Jallad. Não poderia deixar de registrar esta moção. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre colega deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, caros colegas deputados, público presente, internautas que nos assistem pelas redes sociais, telespectadores da TV Assembleia. Início minha fala no Pequeno Expediente pedindo aos nobres colegas o apoio para a criação da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento das Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul. São mais de cem unidades de conservação e, ao longo da legislatura passada, nós viemos trabalhando para que suas portas fiquem abertas, para que se desenvolva o turismo em nosso estado. Vejam bem o potencial turístico que tem o estado: cem unidades de conservação! Essas unidades podem muito bem ser uma matriz econômica para o desenvolvimento turístico do estado. Temos trabalhado nisso com os demais colegas da Casa. Também, senhor presidente, gostaria de fazer uma indicação pedindo que seja feita uma análise da remuneração dos diretores escolares. Porque existe uma disparidade salarial entre o diretor professor efetivo e o diretor que é apenas administrativo — devido à diferença de carreiras. Muito embora ambos, o administrativo e o professor, exerçam a mesma função, o administrativo tem uma remuneração de mais de 65% a menos. Diante disso, estamos pedindo para que o secretário de Educação possa fazer essa análise e apresentar uma solução para essa disparidade. Uma solução possível, que saiu de uma das nossas discussões, solução que nós sugerimos, é a criação de um plano de cargos e de carreiras para o administrativo, para que esse pessoal possa ter também os aumentos salariais que não tiveram ao longo do mandato passado, ficando suas remunerações, repito, muito aquém da dos professores. Este é um requerimento importante que nós fazemos também no dia de hoje. Também, senhor presidente, registro um requerimento pedindo informações acerca da construção da ponte ali sobre o córrego da Viga, obra que inclui aterros, etc., no município de Ribas do Rio Pardo. Essa ponte é fundamental para ligar o município de Ribas do Rio Pardo a Nova Andradina. Temos militado bastante nisso, já fomos várias vezes ao local; a construção da ponte está parada, e sem a ponte os alunos de toda aquela região ficam impedidos de ir até as escolas, principalmente às da Nova Casa Verde. Então estamos aqui pedindo informações acerca do porquê dessa paralisação. Também, senhor presidente, encaminhamos à Sanesul e à Funasa, após observadas as disposições regimentais desta Casa, expediente solicitando a perfuração de poços artesianos para atender os moradores do projeto de assentamento Uirapuru, localizado no município de Nioaque. Nós cobramos sempre, e a sociedade cobra, o desenvolvimento dos assentamentos, o incremento da produção rural dos assentados. Mas como produzir se não temos nem água para saciar a sede das crianças? Então é importante a perfuração desses poços. Esta solicitação é do vereador José Gonçalves Barbosa, do município de Nioaque, que tem vivido esse drama, mas sempre buscando soluções para a sua comunidade. Senhor



presidente, neste momento quero fazer também um requerimento à Mesa, pedindo que a doutora Andréa Aleixo, presidente do Instituto Emannelle, utilize a tribuna na sessão plenária do próximo dia 9 de março, para que possa falar sobre a conscientização e a proteção do ciclista; lembrando que a Lei Emannelle tem discutido a questão do ciclismo em todo o estado de Mato Grosso do Sul. É um tema importante, um tema atual, necessário, para que se evitem acidentes, para que melhorem as condições das ciclovias, as rotas do ciclismo... São tantas ações, enfim, que podem ser feitas com investimento, para melhorar essa atividade no estado de Mato Grosso do Sul. Tenho aqui também algumas moções de pesar e outras indicações, senhor presidente, que vou colocar sobre a mesa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a nobre presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, quem nos assiste pela TV Assembleia e os que aqui se fazem presentes. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 60, inciso VI, do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, reiterando o pedido de reforma da quadra de esportes da Escola Estadual 13 de Maio, com a construção de vestiários, masculino e feminino, e arquibancadas, no município de Eldorado. Este é um pedido formulado pela vereadora Ângela Dias. Tenho outro pedido, também ao nosso governador, Eduardo Riedel, com cópia aos representantes legais das empresas de telefonia Vivo, Claro, Oi e TIM bem como ao gerente substituto da unidade operacional do estado de Mato Grosso do Sul da Anatel, senhor Jauri Carlos Joton, solicitando a instalação de antenas para a cobertura de captação e transmissão dos sinais de telefonia de alcance nos assentamentos Alecrim, São Joaquim e Canoas, na região do Ponto Cazusa, bem como na região da MS-112, no município de Selvíria. A presente indicação atende a uma solicitação formulada pelo vereador Raimundo Pinheiro Bastos Filho, do município de Selvíria. Também, senhor presidente, indico à Mesa que seja enviado expediente ao governador, Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando que sejam feitos estudos da viabilidade de instalação de uma Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher no município de Costa Rica. Esta indicação atende a um pedido formulado pelos vereadores do município de Costa Rica Valdomiro Bucalan, Averaldo Barbosa da Costa, Ailton Martins de Amorim, professora Manoelina Martins da Silva Arantes, Rosângela Marsal, Lucas Gerolomo, Claudomiro Martins Rosa, Evaldo Paulino, Adair e Everaldo. É a presente uma reiteração de um pedido que já fizemos ano passado nesta Casa, senhor presidente. Outra indicação ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, senhor Herculano Borges, solicitando a reforma do ginásio de esportes do município de Figueirão, atendendo-se assim a um pedido do vereador Roni da Silva Moreira, de Figueirão. Obrigada.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão. Senhor presidente, estou apresentando um projeto de lei que lembra muito o projeto apresentado ontem pelo deputado Pedro Kemp, que reconhece como deficiente a pessoa que sofre de fibromialgia. Este projeto que estou apresentando já é lei no Rio Grande do Norte. É um projeto amplo que cria, por exemplo, políticas públicas voltadas para auxiliar esses milhares de sul-mato-grossenses que sofrem da doença. O projeto "institui a política estadual de proteção e fomento do direitos da pessoa com fibromialgia no estado de Mato Grosso do Sul". Um dos artigos, senhor presidente, prevê a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com fibromialgia; a disseminação social de informações relativas à fibromialgia e suas implicações; o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com fibromialgia e seus familiares; o estímulo à inserção dessas pessoas no mercado de trabalho; e o estímulo à pesquisa científica contemplando estudos epidemiológicos para dimensionar a magnitude e as características dessa patologia no estado — entre outras ideias importantes que podem ajudar. Quero encaminhar também, senhor presidente, uma moção de pesar aos familiares da senhora Aderecília Alves Gomes, mãe da cantora Lia Maio, muito conhecida em nosso estado, que infelizmente veio a falecer esta noite na Capital. Por último, encaminho aqui algumas indicações ao diretor da Agetran de Campo Grande, senhor Janine Bruno, e também ao secretário de estado de Obras Públicas, senhor Domingos Saib Neto, solicitando reparos, como o da Operação Tapa-Buraco, para algumas ruas aqui da nossa cidade. É o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro. Muito bom-dia, nobres pares. Bom dia a todos que nos honram com sua presença aqui no Plenário, e a quem nos assiste pela TV Assembleia. Senhor presidente, registro duas indicações. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Pelluffo, solicitando estudos da viabilidade da realização da Operação Tapa-Buraco na MS-112, entre os municípios de Inocência e Cassilândia. A presente indicação justifica-se em vista de reivindicações de moradores que utilizam aquela rodovia, que reclamam do estado precário de conservação da pista. A referida rodovia encontra-se em estado crítico, comprometendo o transporte e acarretando prejuízos à economia do estado. Portanto, devido ao grande número de veículos que diariamente trafegam pela via, faz-se necessária sua pronta recuperação bem como sua constante manutenção, sempre com o objetivo de alcançar a tão almejada segurança no trânsito. Segunda indicação. Requeiro à Mesa Diretora que seja encaminhada indicação ao governador do estado, Eduardo Riedel, e ao secretário Helio Peluffo Filho, solicitando estudo de viabilidade da Operação Tapa-Buraco e a

recuperação da MS-180, entre os municípios de Iguatemi e Juti. A presente indicação dá-se em vista de reivindicações de moradores do Cone Sul do estado. Essa pista foi feita na gestão retrasada, logo foi arrasada pelas chuvas torrenciais que caíram naquele momento, passaram-se oito anos do governo anterior e não se recuperou a via, que conta com um desvio para contornar a situação. Daí o nosso apelo para que o governador realize a recuperação dessa estrada que era um sonho de todos do Cone Sul; ela aproxima Iguatemi da Capital em quase cem quilômetros, é uma estrada histórica para nós. Meu pai, quando era chefe de máquinas, conversando com produtores rurais, fazendeiros, foi abrindo a estrada, eu ainda menino cheguei a pintar as balizas... E quando cheguei ao meu mandato, trouxe essa reivindicação ao governo do estado, que enfim tornou realidade a estrada. Mas aí foi tanto pensamento negativo que a coisa podia se complicar... "Ah, vão licitar, mas não vão executar!"... Fez-se a licitação, começaram a chegar as máquinas, deputado Pedro Kemp, aí começaram a dizer que iam patrolar, mas que não iam asfaltar. E começou o asfalto, Professor Rinaldo... "Ah, vão fazer só cinco quilômetros e vão parar..." Fizeram a estrada. Infelizmente faltava ainda concluir os trabalhos quando veio uma chuva forte e levou embora parte da estrada. O governo anterior ficou encarregado de viabilizar a obra mas, devido a questões judiciais e tudo, a coisa não andou; estamos ainda com um desvio na estrada, as condições estão ainda bem precárias. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, vou pedir licença para ler daqui mesmo da mesa uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Águas Guariroba, senhor Thémis de Oliveira, solicitando a regularização do fornecimento de água nos bairros Parque Lajeado, Dom Antônio Barbosa e região, no município de Campo Grande. O que vem acontecendo, senhor presidente, é que moradores desses bairros reclamam do desligamento no fornecimento de água a partir das 23 horas. De acordo com os relatos, o funcionamento só volta à normalidade por volta das quatro, cinco horas da manhã, quando a maioria já está saindo para trabalhar. Tal situação prejudica bastante os moradores, tendo em vista que muitos chegam em casa justamente após às vinte e três horas e saem para trabalhar antes das cinco. Diante disso, solicitamos que a empresa estude meios de regularizar o abastecimento de água na região, suprimindo as necessidades dos moradores. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, declaro-o encerrado. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*Proposições, de autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 00514/2023). Proposições de autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 00484/2023, 00483/2023); dois requerimentos (Prot. nºs 00480/2023, 00486/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00479/2023, 00485/2023). Proposições de autoria do deputado Jamilson Name: três indicações (Prot. nºs 00498/2023, 00502/2023, 00501/2023). Proposições de autoria do deputado



João Henrique: um requerimento (Prot. nºs 00477/2023, 00478/2023). Proposições de autoria do deputado João Mattogrosso: duas indicações (Prot. nºs 00482/2023, 00481/2023); uma moção de congratulação; (Prot. nº 00476/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 00475/2023). Proposições de autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 00512/2023, 00511/2023). Proposições de autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 00500/2023, 00499/2023). Proposições de autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 00488/2023). Proposições de autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00513/2023); uma moção de apoio (Prot. nº 00474/2023). Proposições de autoria do deputado Pedrossian Neto: quatro indicações (Prot. nºs 00468/2023, 00470/2023, 00471/2023, 00472/2023); um requerimento (Prot. nºs 00473/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 00469/2023). Proposições de autoria do deputado Rafael Tavares: duas indicações (Prot. nºs 00497/2023, 00510/2023). Proposições de autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações; (Prot. nºs 00487/2023, 00489/2023, 00490/2023, 00493/2023); dois requerimentos (Prot. nºs 00496/2023, 00494/2023); três moções de pesar (Prot. nºs 00495/2023, 00492/2023, 00491/2023). Proposições de autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 00505/2023, 00506/2023, 00507/2023, 00508/2023, 00509/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz. Transferida. Deputado Lidio Lopes. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado Roberto Hashioka. Transferida. Deputado Lucas de Lima. Transferida. Deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, senhoras e senhores que prestigiam esta Sessão, imprensa aqui presente, e quem nos acompanha pela Rádio e TV Assembleia. Senhor presidente, já estamos em março, momento em que no mundo inteiro se comemora o Mês da Mulher. Dia 8 de março, precisamente, vê-se essa comemoração de norte a sul, de leste a oeste do Brasil. Mas há algo que nos entristece... Em que pese o trabalho realizado pelo poder público em defesa da mulher, daquela que foi sempre reconhecida como o ser mais frágil, daquela que recebeu diante de Deus, diante dos padrinhos, diante dos familiares e amigos o juramento de que seria amada e protegida em qualquer circunstância, em que pese esse trabalho todo, infelizmente o que se vê é muita mulher sendo maltratada, desrespeitada, e, extrapolando-se os limites da razão humana, do mundo civilizado, muita mulher assassinada. O Brasil, este país tão rico, que nos orgulha por várias razões, é ao mesmo tempo um país que nos envergonha, por ser um dos mais violentos. Para que Vossas Excelências tenham uma ideia, só no ano de 2022, 699 mulheres foram assassinadas por aqueles que deveriam protegê-las, por aqueles que deveriam ampará-las, deputado Rafael Tavares. Seiscentas e noventa e nove mulheres! Em Mato Grosso do Sul, apesar de termos aqui políticas públicas voltadas para esse setor, a situação é também preocupante. O governo do estado investiu muito aqui, inclusive criando uma Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, que, apesar de não ter dotação orçamentária, teve muita presença, trabalhou muito. Trabalhou muito inclusive em parceria, deputado Gerson, com esta



Casa. Trabalhou muito criando, por exemplo, as Salas Lilás, que estão funcionando aí em praticamente cinquenta municípios; para que a mulher no momento de vulnerabilidade psíquica e física tenha um ambiente seguro. A nossa polícia tem feito um trabalho brilhante, prova inequívoca de que os algozes dessas mulheres em pouco tempo são localizados, presos, e ficam à disposição da Justiça. Não é à toa que a primeira Casa da Mulher Brasileira foi instalada em Mato Grosso do Sul — a primeira do Brasil! Toda essa situação é prova inequívoca de que ainda temos uma sociedade brasileira muito machista; e muitos homens, deputado Antonio Vaz, infelizmente não lidam bem com a divergência, não sabem aceitar uma separação. Só no ano de 2022, quarenta e três feminicídios aconteceram no estado. Quarenta e três! E pasmem os senhores, este ano já tivemos quatro feminicídios, quatro! E ontem, lamentavelmente, a servidora pública da Secretaria de Educação do nosso município, perdeu a vida... Inclusive circula um vídeo que nos entristece muito de ver, mostrando ela sendo esfaqueada pelo seu ex-companheiro até a morte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Concederei.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, queria parabenizá-lo. Hoje é 1º de março, dia 8 comemora-se o Dia das Mulheres, mas realmente muitas vezes parece que temos pouco a comemorar... É bem verdade que Mato Grosso do Sul se destaca nas políticas de segurança pública no que diz respeito à violência contra a mulher, e no entanto, quanto mais ações são postas em prática para mitigar o mal, quanto mais possibilidades de denúncia se abrem, mais casos surgem. E o caso de ontem, quem viu o vídeo se assusta. Esse homem tinha contra si uma medida protetiva, mas isso não o impediu de cometer um crime bárbaro desses. Quero informar a Vossa Excelência e aos nobres colegas que a presidência desta Casa está mantendo contato com os demais Poderes (Poder Executivo, Ministério Público, Tribunal de Justiça), e no mês de março deveremos deflagrar uma campanha, não em referência ao Dia da Mulher, mas uma campanha de combate, uma campanha de mídia muito forte, envolvendo todos os Poderes de Mato Grosso do Sul, tratando da violência doméstica. Então, já deixo comunicado à Casa que estamos preparando essa campanha.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço, insiro no meu pronunciamento o aparte de Vossa Excelência e o parabenizo pela iniciativa. Como bem disse Vossa Excelência, deputado Gerson, em que pese o esforço, o forte trabalho do poder público do nosso estado com relação a isso, as coisas não têm andado como desejaríamos. É preciso então um trabalho constante, que não seja apenas comemoração... Na verdade não temos muito que comemorar. É inadmissível que num país civilizado cada vez mais aumentem os números dessa violência. Daí a gente percebe que não é só uma questão de leis. As medidas protetivas são fundamentais, mas o fato é que não estão impedindo essa selvageria. Isso passa também por uma questão cultural. Vejam que mais de 90% dos meninos são criados por uma mulher: pela mãe, pela avó, pela madrinha ou por uma tia. Por que então que



esse garoto que foi criado por uma mulher, fica violento?... Aí há também uma questão cultural. Às vezes inconscientemente a própria genitora empodera demasiadamente esse menino, em detrimento da menina, da irmãzinha; e aí ele acaba crescendo sentindo-se mais poderoso. Foi por essa razão, senhor presidente, que nós apresentamos aqui uma proposta, que virou lei, de minha autoria, inserindo na grade curricular de Mato Grosso do Sul, como tema transversal — tema bastante polêmico, inclusive na CCJR, onde participei seis anos consecutivos. Implantamos isso como tema a ser discutido não apenas no dia 8 de março, mas durante todo o ano letivo. Porque a primeira namorada a gente encontra não é no supermercado, não é na farmácia: geralmente é na escola. Foi assim comigo e é possível que também tenha sido assim com a grande maioria dos homens aqui presentes e daqueles que nos assistem. É na fase da puberdade, da pré-adolescência, que começa a despertar esse sentimento, e é lá na escola. Por isso, deputada Mara, Vossa Excelência que foi uma das signatárias do projeto, por sabermos todos da necessidade de envolver nosso corpo docente na disseminação desses conteúdos, precisamos fazer esse alerta. É preciso discutir mais e mais esse tema para que, num espaço curto de tempo, não tenhamos mais que ver matéria alguma nesse sentido. Como disse o deputado Gerson, nos choca ver aquele vídeo, nos choca ver alguém sendo esfaqueado na rua, alguém que estava amparado por uma medida protetiva. É muito triste, é lamentável ter de vir à tribuna, sei lá, pela décima, vigésima vez, tratar de um assunto que tanto nos consterna, que nos choca, que nos deixa realmente atônitos. É isto no século XXI, deputada Mara!... Já concedo com alegria um aparte a Vossa Excelência, que tem sido uma batalhadora no que diz respeito a esse tema... Em que pese o auxílio de certas leis, a situação está muito ruim. Temos, por exemplo, a lei de autoria da deputada Rose, que já passou na Câmara Federal, aumentando a pena para esse tipo de crime, acabando com a possibilidade da chamada "saidinha", acabando com certos atenuantes que a nossa lei federal permite. Quantas mulheres perderam a vida numa dessas saidinhas, pela mão daqueles que estavam cumprindo pena justamente por esse crime? — nessa verdadeira reedição de feminicídio. Nós precisamos cobrar da bancada federal, deputada Mara, principalmente do Senado (já passou na Câmara); falta o Senado aprovar o projeto para que a pena seja mais pesada, para que não haja mais atenuantes, para que o condenado cumpra sua pena em regime fechado o tempo que for estipulado pelo juiz. Mesmo entrando em vigor a lei, ainda é possível que o sujeito, extrapolando os limites da razão humana, ainda cometa esse crime. Então como que vamos melhorar essa situação? Será com penas mais duras; mas será também com um trabalho contínuo, como disse o deputado Gerson, durante todo o tempo, será trabalhando numa perspectiva em parceria com os demais Poderes. O Ministério Público tem dado uma parcela importante de contribuição... É a Defensoria Pública. É o Judiciário como um todo. É o governo do Estado. São todos os Poderes do estado de mãos dadas, para que possamos eliminar essa chaga que tanto nos entristece. Eu já vou conceder um aparte à deputada Mara Caseiro, que até há pouco era a única mulher aqui, agora temos a Lia. Esse aumento da participação feminina no Parlamento tenho certeza que vai ajudar, e muito, para que venhamos a morar num estado que, além de ser conhecido e reconhecido como o estado do Pantanal, o estado do agro, um dos estados que mais produz, que mais gera empregos (segundo o Caged), seja também reconhecido como um lugar onde as pessoas valorizam o ser humano, um estado onde os homens amam e protegem suas companheiras. Esse é

um desejo do meu coração. Nós trabalhamos não somente com as nossas leis, trabalhamos também nessa perspectiva de andar de mãos dadas, para que possamos viver num estado mais humano, mais tolerante — que eu tenho certeza é o mesmo desejo que mora no coração de Vossa Excelência. Este é o desejo de todos os deputados, porque, quando ocorre alguma ação nessa direção, não vejo ninguém dizer "sou contra"... Mas quero ouvir Vossa Excelência.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Deputado Rinaldo, primeiro, parabéns por trazer mais uma vez esse tema. Eu gosto quando os deputados, os homens falam da violência contra as mulheres. Porque nós mulheres não podemos falar da violência contra a mulher apenas para as mulheres: temos de chegar aonde realmente ela acontece, onde realmente está o agressor, que infelizmente é o homem. Como bem disse Vossa Excelência, aquele que deveria amar, aquele que deveria proteger, que um dia fez esse juramento, muitos num altar, num cartório, infelizmente — ao invés de proteger, ao invés de amar — tira-lhes a vida. Eu não tenho dúvida que isso é de natureza cultural. Nós temos, sim, de falar para os homens que os tempos são outros, que as mulheres têm de ter os seus direitos: de ocupar espaço, de decidir o destino da sua vida. Veja, deputado Rinaldo, quantas e quantas leis já não foram propostas e que vigoram no estado; quantas e quantas ações o nosso governo do estado já não empreendeu em defesa dos direitos de nossas mulheres... Mas infelizmente a violência só aumenta. Então nós temos, sim, aqui nesta Casa, de trazer esse debate. Como disse o nosso presidente, temos de fazer campanha para fazer com que os homens possam entender a importância da aceitação, possam entender que a mulher não é um objeto de sua propriedade, que a mulher tem que ter o direito de decidir seu próprio destino — e é isto que não está acontecendo, essa aceitação. É muito triste ver a quinta vítima de feminicídio; essa mulher tinha medida protetiva, inclusive procurou a Justiça, procurou proteção, mas mesmo isto não impediu que um celerado lhe tirasse a vida. Então eu entendo que as políticas públicas têm de continuar. Nós vivemos um novo momento, em que a mulher, além de ser mãe, esposa, ela também quer ser a profissional, e, acima de qualquer coisa, ela quer ser feliz. Vamos continuar no combate, na defesa dos direitos de nossas mulheres. Não podemos nos curvar. Não podemos achar que as leis propostas neste Parlamento não estão adiantando de nada... Estão, sim! Estão adiantando, mas a gente precisa ainda mais. O que nós precisamos é educar, conscientizar, é mudar a cabeça de possessão. É mudar essa mentalidade que hoje ainda prevalece por aí, na qual ainda muitas famílias criam seus filhos: para discriminar, para haver o preconceito entre homens e mulheres. Então, mais uma vez eu venho aqui lamentar a perda de uma vida, a perda de uma mulher que só estava tentando ser feliz.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, deputada Mara. Vossa Excelência está coberta de razão. Temos de conscientizar e formar. Por isso que eu acredito muito na educação. Quando apresentei esse projeto de lei, deputada Mara, incluindo como tema transversal na base curricular noções básicas da Lei Maria da Penha, o fiz justamente por entender que não é fácil mudar a cabeça de uma pessoa adulta — não é tão fácil. Mas podemos, sim, trabalhar nessa perspectiva, com leis, com proposituras fortes e constantes, e acima de tudo, trabalhar na formação. É aquela história, quem planta tâmara geralmente não come tâmara, não vai



usufruir... mas alguém vai usufruir. Acredito muito nisso. É como disse Pitágoras, devemos ensinar a nossa criança para que ela, na fase adulta, não precise ser punida. Não adianta fazer presídio lá na frente, melhor é investir na prevenção. E nós, culturalmente, também temos essa ideia de não trabalhar na prevenção: isso é do Brasil. Estamos sempre correndo atrás, como diz o dito popular, chorando após o leite derramado. Eu tenho certeza: se nossos educadores hoje, de Mato Grosso do Sul, trabalharem não apenas o 8 de março, no Dia da Mulher, e sim como tema a ser trabalhado permanentemente. Hoje, felizmente, temos uma lei nesse sentido, e agradeço ao governador Reinaldo, que sancionou essa lei de nossa autoria. Talvez com essa lei ainda não visualizemos aquele panorama que gostaríamos de ver; quem sabe nossos netos, nossos bisnetos colherão esses frutos lá na frente. Eu quero finalizar, senhor presidente, dizendo o seguinte: março é considerado o mês de luta pelos direitos das mulheres, mas não é um mês de comemoração; muito embora, com certeza, teremos aqui comemoração, porque isso faz parte do rito, certamente a deputada Mara e a deputada Lia serão protagonistas desse evento aqui... Mas ontem, infelizmente, Mato Grosso do Sul registrou seu quarto feminicídio, mesmo vigorando uma medida protetiva, como bem lembrou a deputada Mara. Dessa vez a vítima foi Albina Freitas, uma servidora pública da Secretaria de Educação de Campo Grande, que teve a vida ceifada brutalmente pelas mãos do seu ex-marido. Essa é uma realidade dura que lutamos para mudar, e vamos continuar batalhando... Não é possível que tenhamos mais um ano com recordes de feminicídios. Ano passado foram 44 mulheres que tiveram suas vidas interrompidas aqui no estado, dos 699 casos registrados no Brasil. Seiscentas e noventa e nove mulheres! Vamos usar esse mês para jogar luz nessa triste realidade do estado, do país, e buscar cada vez mais atuar pela proteção das mulheres em todas as fases de sua vida. Sem falar nas meninas, deputada Mara, que sofrem com abusos, assédios, maus-tratos. Como não lembrar da menina Sofia? Que tristeza!... A minha filha, que está quase concluindo o curso de Medicina, tem uma colega que atendeu essa criança num dos postos de Campo Grande. O que eu ouvi é de arrepiar. Que tristeza!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Rinaldo, eu quero parabenizar Vossa Excelência. Em Dourados tivemos um crime bárbaro envolvendo criança, assim como tivemos outro no município de Douradinha, dois crimes cruéis que aconteceram aqui na nossa região, vitimando crianças ainda no começo da vida. Quando discutimos os direitos das mulheres, nós estamos defendendo aquela que nos deu a vida, estamos defendendo a nossa mãe, que é a pessoa mais querida, aquela que nos proporcionou estarmos aqui nesta Terra — e estamos aqui para contribuir. Vossa Excelência foi muito feliz ao fazer esse tipo de comentário... É curioso que quanto mais as pessoas se conscientizam do problema, parece que a consciência diminui porque está aumentando o crime, mesmo com a Lei Maria da Penha. Isso me parece que está igual a dirigir carro: quanto mais você proíbe, não pode beber, há multa, mais não sei quê, mais acidente acontece. Isso tinha de ser colocado no

currículo escolar, a pessoa tem que saber disso desde a mais tenra idade. Porque no meu entender o aumento da criminalidade é concomitante com a degradação da base familiar. É lá na base familiar que a coisa está falhando, estão transferindo a tarefa inteira de educar para a sala de aula. Muitas vezes a professora apanha na escola, já houve caso de professora assassinada por aluno em sala de aula... Nós precisamos encontrar uma maneira de inserir isso na formação intelectual das pessoas desde criança. Parabéns, deputado Rinaldo, e parabéns a todas as mulheres; agora no dia 8 de março temos a oportunidade de comemorar o seu dia. A mulher não era eleitora e conseguiu conquistar esse direito; não tinha acesso a muitos postos de trabalho e agora tem... Ou seja, é um processo que vai caminhando a cada dia que passa. Mas insisto: o problema dessa criminalidade se deve, e muito, à falta de estrutura familiar. Parabéns a Vossa Excelência pela fala. Parabéns às mulheres. Que Deus abençoe a todas elas, que nos proporcionam a vida. Que Deus torne mais sensível a consciência dos homens. Não tem cabimento tirar a vida de uma pessoa por um motivo tão fútil, por uma questão de impulso, por uma questão de honra, afinal, hoje, se você fica viúvo, tanto o homem como a mulher, dali a três, quatro dias está se casando de novo, tocando a vida pra frente. Parabéns, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu quero agradecer, e Vossa Excelência está coberto de razão, até porque a família realmente é a base da sociedade, é a célula mater, não é, deputado Junior Mochi?, como dizia o grande jurista Ruy Barbosa. E nós vivemos realmente uma inversão de valores muito grande, em que a questão do respeito está sendo meio que deixada de lado: parece que o certo é o errado. Há adolescente aí que às vezes aponta o dedo na cara da polícia... Então há uma inversão, e isso é fruto com certeza da desestruturação da família. Vossa Excelência, deputado Zé Teixeira, tem razão quando diz que enquanto não melhoram os índices da violência — e que bom seria, esta é a utopia que habita nosso coração, se pudéssemos erradicar de uma vez por todas essa chaga —, nós temos de fazer nossa parte. E não tenho dúvida que a próxima geração começa hoje, deputado Amarildo Cruz, com tolerância...

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputada Lia.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, deputado Rinaldo, bom dia, colegas parlamentares. Antes de mais nada, informo que estou de forma remota tendo em vista problemas de saúde na família, estou aqui em Dourados. Mas eu não poderia deixar de contribuir com a sua fala. É uma fala oportuna, necessária, e num momento crítico que ainda estamos vivendo em Mato Grosso do Sul. É importante o desenvolvimento econômico do estado, mas nós não podemos nos esquecer do desenvolvimento social, não podemos nos esquecer da política que cuida das pessoas. Entramos hoje em março, que é o mês dedicado às mulheres; mas é um mês, deputado, de reflexão. E essa fala que Vossa Excelência traz para este Parlamento muito nos enriquece, é um debate que precisamos fazer, precisamos atacar a raiz do problema. Como o senhor colocou, se é muito mais difícil incutir na



cabeça de um adulto a questão, então nós temos de trabalhar na conscientização das nossas crianças, dos nossos adolescentes. E quando a gente vê, deputado Rinaldo, Mato Grosso do Sul nesse mapa da violência contra a mulher, isso é muito triste. Isso demonstra que nosso estado ainda está muito aquém de um estado que realmente protege suas mulheres. Como o deputado Zé Teixeira assinalou, nós temos as Sofias, que infelizmente viraram manchete nacional, de uma forma negativa para o nosso Mato Grosso do Sul: a Sofia de Campo Grande e a Sofia de Douradina. Duas crianças que foram violentadas, e nós não podemos mais admitir isso. Como o senhor bem colocou, este já é o quarto feminicídio em Mato Grosso do Sul, e mal entramos no terceiro mês do ano. Estamos com essa estatística negativa e precisamos nos mexer para mudar isso. Nós vamos, enquanto Assembleia Legislativa, sim, comemorar o mês de março; só que mais do que isso, eu e a deputada Mara caseiro vamos trazer essa temática, vamos trazer esse debate para a Casa de Leis; e vamos convidar todos os parlamentares para entrar nessa luta para que possamos avançar... Mas aproveito para falar de um projeto de lei de minha autoria, que aqui em Dourados já é lei municipal, projeto que se Deus o permitir será aprovado e transformado em lei estadual. Essa lei cria o balcão de empregos para mulheres vítimas de violência. Porque, como se sabe, muitas dessas vítimas são mulheres que querem se desvencilhar desses agressores, mas que devido à dependência financeira de seus algozes, elas acabam suportando viver numa relação tóxica. É um projeto de lei que como disse se transformou em lei municipal aqui em Dourados, já está sendo adotado tanto pelo poder público como pela iniciativa privada; e tenho certeza que os nobres pares serão nossos parceiros nesse projeto, para que possamos fazer Mato Grosso do Sul avançar ainda mais. Mais do que obras e investimentos, mais que economia, nós precisamos cuidar do nosso povo. Muito obrigada e parabéns pela fala.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, deputada Lia Nogueira. Contem conosco. Quero ouvir o deputado Amarildo Cruz, que me solicitou um aparte.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Deputado Professor Rinaldo...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, depois do aparte conclua, por favor.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Queria parabenizar Vossa Excelência... É rápido o aparte, presidente... Essa discussão é pauta permanente aqui na Assembleia. E tem sido assim por conta de uma série de crimes que são cometidos praticamente quase todos os dias: feminicídio e toda sorte de violência contra a mulher. Já fizemos pauta, projeto de lei, discutimos, debatemos, é uma situação que nos consterna a todos; uns mais, uns menos, mas a todos de alguma forma. Nós precisamos parar de relativizar as coisas, precisamos ir à raiz do problema. Vamos a ela. Durante quatro anos, o maior mandatário do País vivia dizendo que não via problema em pagar um salário mais baixo para mulher, que numa fraquejada teve uma filha... Então, vejam bem, é conceitual a questão. A criança cresce pensando que a mulher realmente vale menos. É essa mentalidade machista que está no cerne da questão. Estou falando do ex-presidente, mas falo também de um monte de gente que

compactua com essa postura, com esse procedimento. Não vai faltar agora no 8 de março gente dizendo que "ah, a mulher isso, a mulher aquilo"... Tudo bem, é sincero, é sincero lamentar o feminicídio... Mas se queremos avançar de verdade nisso, nós temos de debater a questão com profundidade. O que que efetivamente podemos fazer para melhorar a vida das próximas gerações? Temos de criar nessas crianças, nesses jovens, nesses adolescentes o conceito do respeito à mulher, à mãe, mulher que gera vida, com o tamanho e a grandeza que ela tem na nossa sociedade. Não é ser de inferioridade, pelo contrário: é ser de luz, é ser de vida. Se realmente absorvermos essa concepção, teremos muito mais respeito, ternura, fraternidade no coração, o que vai nos ajudar a diminuir esses indicadores que envergonham o nosso País. Isso é fruto do machismo, deputado, é fruto do machismo que habita cada um de nós. Quanta violência não há por aí oculta, que não vem à tona, sem falar da violência verbal, da violência física, dos crimes bárbaros que acontecem todos os dias! Dia desses vi algumas pessoas criticando, por exemplo, o movimento feminista... Ainda bem que existe o movimento feminista! Porque há mulheres que têm coragem de levantar a voz, o dedo, e questionar em qualquer espaço para lutar pelos seus direitos, o direito de não serem agredidas, violentadas, o direito de não serem mortas, o direito de serem respeitadas. E isso não é papel só da mulher, é papel de todos nós, homem, mulher, seja o que for, é papel de qualquer um que tenha bom senso. Então vamos à raiz do problema? Vamos lá, vamos à questão do machismo; vamos na verdade fazer com que a Justiça aplique aquilo que já está previsto na legislação — para proteger as mulheres, para discutir a questão com mais profundidade, principalmente para implementar políticas públicas. E isto não é discutir qualquer coisa, não: isso é discutir a sobrevivência das nossas mulheres, é discutir a dignidade e o respeito que elas merecem. Obrigado pelo aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, deputado Amarildo. É por isso que temos de trabalhar na perspectiva da promoção da tolerância, independente de qualquer questão: de raça, de sexo, de partido... Enfim, a paz, eu sempre estarei trabalhando por ela, porque é o que precisamos em nosso estado, em nosso país e no mundo. Eu quero finalizar, senhor presidente, sugerindo, com a aquiescência de Vossa Excelência e dos colegas, em memória da Claudinéa Brito, de 49 anos, primeira vítima de feminicídio do nosso estado este ano; em memória da Fabiana Aparecida França, de 37 anos; da Celeste Josefina Gonçalves, de 23 anos; e da Albina, que perdeu a vida ontem, com 49 anos, servidora do município; em memória também da Sofia e das Sofias, que infelizmente perderam a vida de forma tão trágica — eu gostaria que nós fizéssemos um minuto de silêncio.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Atendendo a Vossa Excelência, vou solicitar aos nobres colegas que acatemos sua sugestão. Como eu disse, esta Casa está preparando essa campanha, a violência contra a mulher está num nível que nos envergonha. Então solicito a todos que façamos um minuto de silêncio em memória dessas vítimas [*minuto de silêncio*]...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Obrigado, senhor presidente. Eu finalizo pedindo a Deus que abençoe a todos os familiares enlutados de Mato Grosso do Sul, que hoje sofrem em razão desses crimes bárbaros que



aconteceram recentemente. Muito obrigado, senhor presidente. Obrigado aos colegas pela atenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o nobre deputado João Henrique. Vossa Excelência tem vinte e três minutos para falar.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, só para pedir vista do Requerimento nº 356/2023, para que eu possa estudar melhor o assunto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado o pedido de vista. Com a palavra, o nobre deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas deputados estaduais que enobrecem o debate nessa Sessão, subo hoje à tribuna desta Casa para dizer que, enquanto parlamentar, enquanto um dos representantes do agronegócio, não podemos assistir inertes — num estado que resolve os seus problemas financeiros estribado no agronegócio — ao que acontece no campo. Nós não podemos ver o campo ameaçado de braços cruzados. Na esfera jurídica, muitas vezes este deputado se pergunta, senhor presidente, qual é a função de um deputado estadual, o que podemos fazer na condição de deputado estadual. Pois o crime é matéria federal; transporte é matéria federal; energia elétrica é matéria federal; temas de grande relevância e interesse local é assunto dos vereadores... Talvez precisemos aí de uma reforma administrativa, deputado Hashioka, para conseguir aumentar as atribuições, dilatar o campo legislativo em que atuam os deputados estaduais. Porque por ora sobra-nos muito pouco espaço. Daqui a pouco a população vai começar a entender que ter vinte e quatro (ou cinquenta, sessenta) deputados atuando no seu estado é inútil. É inútil no sentido de que os deputados se esforçam para resolver os problemas mas topam sempre com entraves legislativos. Essas invasões no campo, deputado Pedro Pedrossian, sejam da FNL, do MST ou indígenas, é um problema para os maiores empresários do estado; que estão levando tecnologia, que estão produzindo, empreendendo, recolhendo impostos... Deputado Pedro Pedrossian, Vossa Excelência que tem uma vocação para o comércio, indústria, agronegócio, imagine uma empresa ter sua linha de produção congelada em 20%: seria terrível para o empresário!. Mas para o produtor rural isso é normal, já que há um impedimento da própria legislação ambiental que o obriga a constituir uma reserva. As dificuldades do agronegócio já são gigantescas, e agora ainda tem de conviver com criminosos, com bandidos que não resistem a uma passada na frente da delegacia, porque todos têm de ser recolhidos. Com que direito ameaçam a sua propriedade, deputado Antonio Vaz?... Em nome do direito da chamada função social da



propriedade. Isto está na nossa Constituição, no artigo 5º. Pois nós precisamos começar a discutir afinal o que vem a ser a tal função social da propriedade. Quer dizer que você compra um imóvel, compra um bem com muito sacrifício, chega a certo patamar, e aí sua propriedade tem de exercer alguma função social em prol da coletividade, isto porque o Estado não está dando conta?!... Ora, nas maiores democracias do mundo não existe a função social da propriedade: existem as normas. No Brasil vigora uma norma ambiental que impede tantos por cento da produção. Isso é uma norma, isso não pode ser função social. Existe uma norma de desmatamento... é uma norma de desmatamento, mas não é uma função social. Porque o comando constitucional de que o imóvel cumpra a função social — isso está regulamentado por uma lei federal, que é o Estatuto da Terra (em matéria urbana é o Plano Diretor do município) — tem como corolário a extinção do próprio direito de propriedade. E aí não importa se o empresário é indenizado ou não em títulos da dívida pública, que muitas vezes ninguém se interessa em adquirir; principalmente porque num estado que viola o direito de propriedade, esse título é podre, é falido. Nós precisamos começar a agir. Então eu faço essa digressão a Vossas Excelências aqui na tribuna desta Casa para que encontremos uma saída. E eu estou franqueando aos parlamentares que queiram ser coautores desse projeto que se juntem a nós, nesse projeto que tira benefícios estaduais daqueles que invadirem fazendas, propriedades; que os impede, por exemplo, de participar do estado ocupando cargo público, comissionado ou não. É uma saída interessante, inteligente... Concedo um aparte ao deputado Pedro Pedrossian.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado, nobre colega deputado João Henrique, por colocar na mesa esse tema hoje. Eu queria dizer que concordo com suas considerações. Mato Grosso do Sul e o Brasil precisam virar de fato a página desse assunto invasão de terra. Quanto a essa discussão sobre terra produtiva ou não produtiva, eu tenho a dizer o seguinte: a maioria esmagadora das nossas terras são, sim, produtivas. E isso é resultado do avanço tecnológico e produtivo do agro, que tem feito de fato uma grande revolução no estado, sendo responsável por boa parte do progresso econômico e social, inclusive da favorável situação econômica e fiscal de que o estado vem gozando em 2023. Eu digo para Vossa Excelência que vi com muita preocupação um tal de "carnaval vermelho" que tomou conta deste país na semana passada; e no caso de São Paulo, mais de vinte municípios sofrendo invasões. Em Mato Grosso do Sul tivemos apenas uma propriedade invadida. Mas esse fenômeno vem se disseminando por todo o Brasil: no sul da Bahia, no Pará... Recentemente indivíduos, que nem vou qualificar, invadiram uma indústria de celulose e papel, salvo engano na própria Bahia, inviabilizando investimentos significativos. Então parabéns pela fala, porque de fato precisamos dotar o estado de instrumentos para coibir isso. Quero dizer a Vossa Excelência que entrei em contato com o governador Eduardo Riedel, que me assegurou que em Mato Grosso do Sul não será permitida baderna, que não vamos retroceder nessa matéria, que o estado será firme na defesa, não do direito de propriedade apenas, mas na manutenção do Estado Democrático de Direito. O que está em jogo aqui não é o direito de propriedade, é a manutenção do princípio da legalidade, sob pena de voltarmos para o estado de natureza hobbesiano. A continuar como estão as coisas, nós vamos chegar a uma situação em que alguém terá de se valer, como era no antigo

Mato Grosso, de uma arma para se defender — mas para isso temos o estado... Então eu oficiei ao secretário de Justiça e Segurança Pública, doutor Videira, solicitando que fosse elaborado um plano de monitoramento das ações de grupos que se radicalizaram; e um plano de contingência e mitigação desses atos. Por último, deputado, quero dizer que ter uma posição firme contra invasão não significa em absoluto que sejamos contrários ou que teríamos uma agenda contrária à agricultura familiar: pelo contrário. Eu quero dizer que, além de fazermos a defesa do agro, nós temos de levantar também a bandeira da agricultura familiar. Vejam o papel da agricultura familiar no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e o estado muitas vezes de abandono de diversos assentamentos. Nós temos inúmeros programas significativos aqui, como por exemplo o Leite Forte, o Leitão Ouro, o Peixe Vida, o próprio Novilho Precoce. Precisamos fortalecer o pequeno, porque o pequeno pode ser um gigante. Parabenizo o nobre deputado pela postura.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Adiro à sua fala e lhe franqueio, deputado Pedro Pedrossian, a assinatura desse projeto, uma vez que subscrevo integralmente seu aparte. Não concordo com qualquer tipo de crime, com invasões ilegais. Nosso objetivo aqui é que o estado não assista, não beneficie essas pessoas que estão lá sonhando um dia ter um pedaço de terra, mandando uma cesta básica, dando um cargo em comissão: o estado não se deve deixar cooptar por lideranças que estão atrapalhando, prejudicando o campo. Então, Vossa Excelência, caso queria, é bem-vindo. Com muita satisfação, concedo o aparte ao presidente desta Casa, deputado Gerson Claro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, primeiro quero parabenizá-lo, em parte, pelas palavras de Vossa Excelência, no que diz respeito à defesa da legalidade. Mas me preocupam certas manifestações. Estava ali à mesa e ouvi atentamente quando Vossa Excelência disse que as pessoas que estão em busca de sua terra, se passarem em frente a uma delegacia, vai todo mundo preso. Eu tenho familiares que moram em assentamento rural. Meu pai viveu vinte e cinco anos no assentamento São Pedro, em Sidrolândia, e ele sempre passava na frente da delegacia e nunca lá ficou. A agricultura familiar em Mato Grosso do Sul é forte, ela merece o nosso respeito. Aquelas pessoas que estão lá, em sua grande maioria fizeram parte da luta pela terra. Assim como há pessoas, lideranças que abusam do poder, que se valem da ilegalidade para atacar a propriedade privada, na história do Brasil, na história de Mato Grosso do Sul, são comuns também os crimes de grilagem de terra. Então, se há bandidos de um lado, já os houve do outro lado. Não é assim que devemos tratar a questão! Mato Grosso do Sul, conforme afirmado pelo deputado Pedrossian Neto, terá postura firme na defesa da legalidade. Mas entre nós aqui — e já houve manifestação do deputado Amarildo, do deputado Pedro Kemp, do deputado Zeca, que tem uma atuação forte nesse meio — não vi ninguém defender a ilegalidade, defender invasão, mas todos defendendo, sim, o direito das pessoas, o direito de lutar, que às vezes é uma luta justa. Nós não podemos simplesmente carimbar como bandidas todas aquelas pessoas que lutam por justiça social. Outra

questão muito interessante: nós avançamos muito no Código Florestal. O nosso agronegócio — e eu gosto muito de ouvir a ministra Tereza, que sempre fala que o agronegócio não é o agro grande, que o agronegócio é a agricultura familiar, é o pequeno agricultor, é o pequeno pecuarista: é o pequeno negócio e é o grande negócio —, o agronegócio brasileiro é exemplo. Mato Grosso do Sul é o primeiro que pode ser considerado um estado verde. O Brasil, quando se trata de emissão de gases, tirando-se as queimadas, nós somos o país que menos emite, um país que ajuda o meio ambiente. Nós não podemos ficar só batendo na tecla de que o agro é ou não é o vilão da história. Nós temos a política de preservação ambiental, de estado verde, de agricultura familiar, uma política que procura fazer com que o agronegócio, tanto o grande quanto o pequeno, seja respeitado. Eram essas as minhas considerações, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Adiro à fala de Vossa Excelência também, deputado Gerson Claro, franqueando-lhe igualmente o acesso ao nosso projeto e também a coautoria. Mas apenas para esclarecer, devo informar que este deputado teve acesso a números, a dados estatísticos. Eu fui pesquisar nos órgãos — e não é de hoje, é do mandato anterior inclusive —, e o resultado é que a maioria dos requerimentos de regularização feitos no âmbito da Reforma Agrária é direcionada a mulheres. E isto me intrigou porque, na sua maioria, são pessoas que são casadas, que querem trabalhar, mas que têm algum tipo de pendência (criminal ou não) com a Justiça. Então eu me referia a esse número estatístico, que não mente, que representa a realidade. Agora, para mim, qualquer um que invada propriedade privada é um criminoso! — apenas para ficar claro. Concedo também um aparte ao deputado Rafael Tavares, o qual foi o primeiro a assinar conosco esse projeto.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Deputado João Henrique, eu quero parabenizar Vossa Excelência pelo projeto. Esse projeto tem o nosso total apoio, inclusive aceitei o convite de ser coautor. Quero dizer que quem invade propriedade privada é bandido, sim! Porque propriedade privada é sagrada. E no Mato Grosso do Sul, eu como deputado estadual, não irei aceitar nenhum tipo de invasão de propriedade privada, seja no campo, seja na cidade: nós não permitiremos. Vossa Excelência pode contar com o meu apoio. Não é por termos na presidência da República um ex-presidiário, que o Brasil vai virar uma bagunça! Então o senhor tem o meu apoio. Mato Grosso do Sul respeita a propriedade privada. E nós não vamos admitir que nenhum bandido invada essas propriedades. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado pelo aparte, deputado Rafael Tavares. Também adiro à sua fala. E lhe informo que esse projeto, cuja coautoria por parte de Vossa Excelência muito nos honra, ganhou um apoio no Congresso Nacional. Ontem recebemos a ligação de três deputados federais, que vão utilizar o nosso texto como base de uma discussão mais ampla, para que a União também não contrate através de provimento em cargos públicos, efetivos ou comissionados, nem conceda qualquer tipo de benefício social ou assistencial a quem esteja ameaçando ou violando o direito de propriedade, a quem esteja invadindo. De sorte que esse projeto nosso, que nasceu no Mato Grosso do Sul, hoje ganhou o Brasil. Concedo o aparte ao ilustre deputado Marcio Fernandes.



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor deputado, primeiro parabéns pelo assunto trazido aqui para esta Casa de Leis. Quero dizer que me somo a Vossa Excelência, e deixo meu posicionamento claro: sou contra qualquer tipo de invasão. Creio ser importante neste momento trazer uma palavra para acalmar os ânimos, porque gera uma expectativa muito ruim nos produtores rurais essa questão das invasões que vêm ocorrendo pelo país, e não foi diferente aqui no estado. E assinalo duas falas políticas, importantes, recentes, tanto aqui no estado de Mato Grosso do Sul quanto em nível nacional. Eu conversava ontem com o nosso ex-governador Zeca, que me contou de uma reunião que aconteceu com o presidente Lula e com alguns líderes deste possível movimento de acampamentos de invasores. E o presidente lhe comunicou que não concordaria com qualquer tipo de invasão, que isso não contaria com a ajuda dele; que ele estaria organizando um recurso para que se pudesse desapropriar e indenizar o produtor, e aí, sim, fazer da forma certa a distribuição das terras àqueles que realmente tenham vocação, àqueles que queiram estar lá com os seus produzindo na agricultura familiar. Quero eu acreditar que realmente isso de fato aconteceu, essa fala do nosso presidente da República, que é contrário a esse tipo de invasão, de depredação. Até gostaria muito que o nosso governador Zeca estivesse aqui para que pudéssemos ouvir de sua própria boca essa fala. Então, isso de certa forma nos conforta, dá tranquilidade aos produtores rurais do país. E não é diferente aqui em Mato Grosso do Sul, onde pude conversar pessoalmente com o nosso governador Riedel, que nos garantiu que aqui no estado será mantida a ordem: não haverá qualquer facilidade para invasão de terras. Então, só um adendo ao seu discurso, deputado João Henrique, para que possamos ter uma certa tranquilidade, uma certa calma, para que os fatos se resolvam da melhor maneira possível e não haja prejuízo para nenhum dos lados. Era isto. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Adiro também à fala Vossa Excelência e agradeço o aparte. Mas quero dizer que apenas acreditaria nessa hipótese caso o sítio de Atibaia e as fazendas do Lulinha fossem verdade... porque, se for, aí talvez eles estariam pensando realmente nessa possibilidade. Agora...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo o aparte ao ilustre deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Caro deputado João Henrique, eu acho que esse tema é muito importante e precisa, sim, ser discutido nesta Casa. Sou contra qualquer tipo de invasão. Mas antes de começar a falar em invasões, em novas propriedades para a reforma agrária, nós temos de resolver o problema da reforma agrária que está posto. Existem assentamentos de mais de vinte anos que ainda não foram pagos. Hoje mesmo fiz uma indicação aqui, relativamente ao assentamento lá de Nioaque, que não tem água... Como falar em desenvolvimento se não conseguimos atender à infraestrutura necessária para aqueles que já estão na terra?! É falta de energia, é falta d'água, faltam estradas... E aí colocam o assentado lá nessa terra — eu tenho um tio que é assentado, que vive da terra — e não dão condições para que ele produza. E mesmo assim o assentado tem

conseguido produzir. Hoje nós podemos ver em Sidrolândia, terra do nosso presidente, mais de trinta assentamentos. E o que é Sidrolândia hoje com esses assentamentos, comparada com o que era antes da implantação dos assentamentos? Sidrolândia hoje é gigante! É um dos municípios que mais produz no Mato Grosso do Sul; e em nosso estado a comida da mesa, como o feijão (em torno de 80%), é da agricultura familiar. Então temos que dividir as coisas, temos que ter ordem jurídica, contra as invasões. Eu concordo com Vossa Excelência. Nós vamos falar de novas invasões, falar de novos programas de reforma agrária? Às vezes nós precisamos ligar no Incra, e o instituto está com o telefone cortado. Às vezes se precisa um técnico para se fazer uma vistoria, não há a diária, não há o combustível. Precisa novos técnicos! Está lá uma papelada amontoada. Toda semana nós temos de levar demandas para o Incra para resolver problemas de certificação, de CCU, problemas de titularização. Cadê a titularização do nosso estado? Fala-se disso no Brasil inteiro. Mas como titular, se o técnico do Incra não tem condições de fazer uma vistoria?!... Então nós temos de falar de investimentos para o Incra, para pagar as terras que ainda não foram pagas. Nós temos de falar em investimento para a energia rural, para um grande programa de abastecimento de água. Hoje no Teijin, deputado Hashioka, Vossa Excelência que foi prefeito de Andradina e conhece a realidade da região, falta energia, falta água, faltam tantas outras coisas. Então como assentar mais, se os que lá já estão não têm condições de produzir?!... Nós temos de dividir, tirar a ideologia de um fato que existe no Mato Grosso do Sul. São trinta mil famílias que estão pedindo socorro, investimentos. Temos de falar, sim, desses investimentos. Depois, resolvida essa situação, ou com dinheiro em caixa, comprar as áreas — não invadir! Comprar. Mas não pensando em pagar quando der, que é como a coisa tem se arrastado ao longo dos anos; nós temos acompanhado na Frente Parlamentar de Regularização Fundiária todos esses fatos importantes, fatos que precisam ser discutidos. Parabéns a Vossa Excelência por trazer à baila essa discussão que é, entre aspas, legalmente do governo federal, que precisa indenizar, que precisa pagar, investir... Só que as consequências são locais. Somos nós deputados estaduais que, quando falta água, quando não há energia, somos procurados para resolver o problema do assentado sul-mato-grossense. Parabéns, nobre deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Adiro também à fala de Vossa Excelência, agradeço pelo aparte. Quero deixar registrado que *invasor* é diferente de assentado, na concepção deste parlamentar. E lhe franqueio também, deputado Renato Câmara, o nosso projeto, caso Vossa Excelência o queira subscrever, colaborar. Não concedo aparte ao nobre deputado Pedro Kemp uma vez que o Regimento Interno me impede: meu tempo acabou.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Acabou o tempo?... Senhor presidente, eu queria pedir uma questão de ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Questão de ordem então, deputado, para irmos para a Ordem do Dia.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — A propósito do que aconteceu agora, eu queria lembrar que o aparte parece que, pelo Regimento, é de três minutos. Mas os



deputados estão vindo aqui e falando dez, quinze minutos — no aparte! Aí acontece isso. Aliás, o deputado João Henrique foi salvo agora pelo Regimento, para não me ouvir... Mas ainda terei a oportunidade de falar algumas coisas depois. Então, só queria dizer que temos de organizar aqui as falas. E para democratizar mais: aparte de três minutos. Ontem mesmo, nas Explicações Pessoais, eu teria dez minutos, mas cada um que me apartou falou dez; no fim acabou sendo um tempo bem elástico. Mas como estamos iniciando uma nova legislatura, ainda estamos todos aprendendo aqui...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta Mesa tem sido bastante condescendente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Parabéns, presidente, o senhor é um democrata.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM do DIA**.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Peço pela ordem para realmente formular uma questão de ordem, cuja resposta gostaria de a ter por escrito de Vossa Excelência. Ainda sobre o assunto da distribuição das comissões desta Casa, permanentes e temporárias, gostaria de invocar a aplicação do artigo 44, parágrafo 1º, senhor presidente, para que a vaga destinada à Comissão de Constituição e Justiça seja delegada ao deputado Rafael Tavares ou ao deputado Lidio Lopes. Explico-me. Ontem o deputado Amarildo Cruz teve a oportunidade (ele e o deputado Zeca) de indicar um membro na CCJR e não o fizeram. Vossa Excelência, presidente, deu-lhes a oportunidade mas o Partido dos Trabalhadores não indicou, embora com três membros. O que eu gostaria de explicar, presidente, é que o nosso bloco, o nosso grupo, os conservadores, apesar de estar publicado no Diário Oficial da Casa (eu olhei a composição da fração), está constando não com três, mas com um... Tudo bem. Ainda que os precedentes desta Casa estejam sendo alterados para desconsiderar como bloco um grupo com menos de oito membros, o artigo 44, parágrafo 1º diz que "os partidos ou blocos que não atingirem o quociente previsto neste artigo, elegerão um dos seus representantes para uma vaga e, restando ainda lugares a serem preenchidos — como na hipótese do G-10 ganhar uma vaga a mais —, serão atribuídos ao partido ou bloco de maior representação". Ou seja, graças a Deus temos aí Arquimedes, Pitágoras, Bhaskara, vários matemáticos que colocaram uma regra na qual este Regimento Interno se inspira. Este parlamentar diz isso para explicitar a Vossa Excelência, que é um regimentalista, que são vinte e quatro membros divididos por cinco vagas (4,8), desprezada a fração (quatro, portanto). Assim o Bloco 1, G-10, com dez membros, atingiu o percentual de 9,6. Para a terceira vaga, precisaria atingir 14,4 membros... Como não existe 0,4 deputado, despreza-se a parte decimal, e

teríamos de ter ali quatro deputados a mais para garantir a última vaga. No caso do Bloco 2, oito, eles atingiram ($4,8 \times 2 = 9,6$)... Então eles têm zero de saldo. Este bloco precisaria de mais 4 deputados inteiros para alcançar a terceira vaga. O Partido dos Trabalhadores, com três, é o que mais chegaria perto, porque faltaria um parlamentar para alcançar a quarta... Mas eles abriram mão... Ou, se não quiserem abrir — não sei se ainda é tempestivo, se concluiu ou não o caso. O que que acontece, presidente? Precisamos analisar que o Bloco 1, G-10, precisa...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para concluir, presidente... O Bloco 1, G-10, para chegar nos quatorze, precisa de quatro. O bloco, ou melhor, o partido (ou representação aqui, no caso, bloco PRTB), precisa de três para chegar a quatro. O partido Patriota, do Lídio Lopes, precisa de três. Quanto ao PL, como estou em monobloco, estou até confuso, sem saber muito bem como ficaria minha composição. Mas a verdade é que esta vaga não poderia ser destinada ao G-10. Então, formulo a presente questão de ordem, presidente, para que Vossa Excelência analise o problema.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu entendo que é matéria vencida, há até um requerimento de um deputado sobre o assunto. A premissa de Vossa Excelência já é a resposta desta Presidência. Partido ou bloco? Vossa Excelência não representa seu partido, dos quais dois membros estão em outro bloco? Não existe grupo no Regimento com esse direito! É partido ou bloco.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, para concluir...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esse debate não nos leva a lugar nenhum. Em todo caso, vou ter de responder por escrito, de acordo com o Regimento: eu vou dar fazer a resposta de Vossa Excelência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, presidente. Apenas para concluir. Essa nova questão de ordem é aplicando o entendimento de Vossa Excelência de ontem, desconsiderando o grupo. Só que o artigo 44 do Regimento Interno, parágrafo 1º, diz que será atribuído ao partido ou bloco com maior quociente. Os partidos PRTB e Patriota possuem um quociente maior que o Bloco G-10. Esta é a questão de ordem que faço a Vossa Excelência, desconsiderar o meu grupo mesmo, mas um partido não pode ser zero! Um partido é um. Eu vou passar a palavra para o ilustre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Está demorando demais. Ele mesmo disse que está confuso... Eu acho que ele tem de se esclarecer de alguma forma. O senhor, como grande regimentalista, deveria ver que não existe grupo. Se Vossa Excelência provar que existe grupo... Mas não existe. É partido ou *bloco*. E bloco, no mínimo, com oito deputados. Agora, grupo de três? Onde que está escrito isso no Regimento, deputado? Aí fica aqui fazendo conta, sobrou zero, foi pra cima, veio pra baixo... Não existe!! Não existe grupo. Entre num bloco, forme um bloco de oito. Eu



gostaria de solicitar à Mesa que desconsiderasse esse tipo de questão de ordem, porque isso não é abrigado pelo Regimento em artigo nenhum. Aí o deputado vem aqui toda a sessão dizer que "não, porque nós temos de participar da comissão...". Que forme um bloco, de oito, que é o mínimo previsto no Regimento. Agora grupo, conservador, progressista, comunista, sei lá o quê... não existe! Não existe grupo de três. Então, senhor presidente, é matéria vencida, acho que a gente fica aqui perdendo tempo.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, como líder do G-10, para acabar com esse imbróglio, eu convido Sua Excelência a acompanhar seu próprio partido, que tem dois membros no nosso bloco. É só fazer parte do nosso bloco G-10, e vamos acabar de vez com essas contas de "sobra cinco, diminui quatro, vai pra cima, vai pro lado", que ninguém está entendendo mais nada. Acompanhe o seu partido PL, faça parte do G-10, que Vossa Excelência terá os direitos regimentais garantidos. Era isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM do DIA**. Gostaria de lembrar que esta Presidência concede, pelo Regimento Interno, vista do Requerimento nº 0356/2023, de autoria do deputado João Henrique, ao nobre deputado Marcio Fernandes. Em discussão única e votação simbólica: 6 requerimentos, 77 indicações e 5 moções de congratulação (na verdade seis, que temos mais uma aqui). Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pela Casa, em razão do falecimento do padre André Guiseppe Scaglia. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Rosa Maria Rodrigues. Moção de pesar, proposta pelo Deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Valério Lopes. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Norita Nunes da Silva. Moção de pesar, proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Lucy Nunes Ratier. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Aurelino João da Silva. Moção de pesar, proposta pelo deputado Amarildo Cruz, em razão do falecimento do senhor José Ribeiro de Bom. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Nelsi João Perlin. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento da senhora Anna Bárbara Remelli. Moção de pesar, proposta, por solicitação do nobre deputado Paulo Corrêa, em nome da Casa, em razão do falecimento da senhora Maria Tereza Gaes Alves Ribeiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a nobre deputada Mara



Caseiro. Transferida. Deputado Amarildo Cruz. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — sem revisão do orador —

Senhor presidente, eu quero aqui fazer um registro sobre o evento que tivemos ontem no Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema. É importante esse assunto, senhor presidente, porque estamos deixando passar no estado de Mato Grosso do Sul uma grande oportunidade de geração de empregos, de desenvolvimento. Estou falando dos parques e das unidades de conservação, que têm um potencial enorme para gerar emprego e renda, para desenvolver uma das maiores matrizes econômicas do mundo, que é o turismo. A Itália vive do turismo, Portugal deve grande parte da sua economia ao turismo; e assim a Grécia; e assim países do Oriente Médio que não têm muitos combustíveis fósseis: ou é o petróleo ou é o turismo. Mato Grosso do Sul tem mais de cem unidades de conservação com as suas portas fechadas! Essas unidades precisam de investimento, para ontem! Precisam de investimento para poder cumprir com essa missão social, a missão de gerar a contemplação, de fomentar o turismo, de oportunizar a pesquisa, a missão de oferecer ao cidadão momentos de lazer com a família. Hoje, quando se fala em turismo no estado de Mato Grosso do Sul, se lembra de Bonito, numa parte do Pantanal, de pescaria. Mato Grosso do Sul tem o potencial de atrair um gigantesco volume de turistas; segundo cálculos, um turista em Bonito consome em torno de quinhentos reais por dia. E ontem tivemos uma grata satisfação, tivemos um grande notícia, depois de um trabalho que estamos fazendo na Frente Parlamentar para o Desenvolvimento das Unidades de Conservação, que apresentei mais uma vez nesta Casa no dia de hoje. Ao longo da legislatura passada discuti em vários cantos e conseguimos que o Estado participasse do edital do BNDES... Hoje nós temos cinco unidades de conservação sobre as quais se está fazendo todo um trabalho, todo um levantamento de seu potencial: passeios, passeios sustentáveis, locais de determinada unidade de conservação que podem ser visitados, etc. Tudo para que se possa, depois do alinhamento técnico desses planos, abrir os parques de forma sustentável. O Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, que tem 73 mil hectares, área de compensação da Cesp — meu saudoso pai participou dessas discussões, em 1998 —, este ano completa vinte e cinco anos. Poderia estar em qualquer outro lugar, mas por uma construção política, a compensação, que poderia estar em qualquer outro lugar, está no coração do Vale do Ivinhema, ali em Jateí, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu e Naviraí. Esse parque é uma entrada de turismo de toda uma região, do Paraná, São Paulo, ali em Rosana, Porto Rico, Primavera, onde estão os grandes loteamentos turísticos do Paraná e de São Paulo, onde se constroem casas de milhões, com várias marinas, lanchas, etc. Essas pessoas querem construir o turismo, então constroem casas e vão para lá e ficam só passeando com suas lanchas, indo numa ilha aqui outra ali. Mas havendo um receptivo, onde desemboca o rio Ivinhema no rio Paraná, toda essa movimentação turística, que é uma das maiores do Paraná, pode ser canalizada para consumir esse produto turístico que é o Parque Estadual das Várzeas do Ivinhema. É essa discussão que temos feito. Pois ontem estivemos participando da entrega de duas aeronaves para combater incêndios. Em 2021, tivemos o incêndio do Pantanal, mas houve incêndios também no Parque Estadual do Ivinhema, que sempre que acontecem vão destruindo esse patrimônio. Agora duas aeronaves foram adquiridas, com compensações ambientais; são aviões

de última geração que vão ajudar o Parque do Ivinhema. Uma das compensações foi pela Suzano e a outra pela Neomille, se não me falha a memória, essa empresa que está se instalando em Maracaju. As aeronaves vão ser disponibilizadas tanto para o Parque do Ivinhema como também para o Pantanal. E lá no Parque do Ivinhema foi entregue também uma pista que possibilita o pouso de aeronaves, com hangar, com um depósito de água para fazer o reabastecimento das aeronaves. E quando eu olho para esse parque — eu que ouvia meu saudoso pai falar com o coração palpitante da importância dele —, quando vejo esse plano turístico ser colocado em marcha, os investimentos que estão sendo feitos, além dos que eu já mencionei (reforma das estruturas, a brigada de incêndios, etc.), fico muito feliz. Pedimos ontem, com os prefeitos da região (prefeito Eraldo, prefeito Clóvis, prefeita Raíssa), a reforma do posto policial e também uma estrada que dê acesso a todo o parque, para que se possa combater incêndio, se possa proteger o parque, deixá-lo intacto, para que possa ser entregue à população na sua forma primitiva de contemplação. Só esse parque tem mais de trezentas espécies de aves, é um nicho turístico que cresce a cada dia: é incrível! Quando se fala assim a gente até se pergunta, mas será que há público para ficar olhando pássaro? Sim. Vem gente da Alemanha, do Japão, eles querem observar os hábitos dos pássaros e tal... É de fato uma grande oportunidade para o turismo. Mas quero encerrar minhas palavras, presidente, dizendo o seguinte. Às vezes a gente pensa em grandes empresas, pensa em trazer uma grande empresa automobilística, uma grande empresa de software, dando concessões de impostos, sendo que só no meio turístico cada parque desses... é uma grande empresa. São cem empresas que nós temos à nossa disposição, à disposição do estado, que pode fazer a conceção. Na semana retrasada eu participei da audiência pública, da consulta pública do Parque Nacional da Bodoquena, lá em Bonito. E pelos cálculos do BNDES a expectativa é que o Parque Nacional da Bodoquena receba até 70 mil visitantes por ano! Vejam bem: setenta mil pessoas! Vejam o que o Parque Nacional da Bodoquena pode trazer de recursos, de turistas, toda uma cadeia produtiva, enfim, recursos de fora. Imaginem como não seria com o funcionamento de todos os outros parques. Em todas as regiões de Mato Grosso do Sul há uma empresa com grande potencial, e essas empresas são as unidades de conservação. As unidades de conservação são um patrimônio que a cada dia se valoriza mais, porque está sendo perdido. E nós temos essa poupança, a nossa caderneta de poupança são esses parques. E com um plano de manejo técnico, elaborado segundo os princípios da sustentabilidade, nós teremos condições de fazer de Mato Grosso do Sul o portal do turismo do Brasil; assim como já fizemos com Bonito, embora lá ainda haja algumas questões a discutir, coisa que faremos noutro momento. Quanto à sustentabilidade, Bonito já é um sucesso. Quem viaja para outros lugares percebe que, quando se fala em Mato Grosso do Sul, as pessoas lembram logo de Bonito. Bonito já é um grande nome em todo o Brasil. E esta Casa, com a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento das Unidades de Conservação, com certeza vai ter um papel fundamental no futuro dessa grande matriz econômica, que é o turismo; para melhorar ainda mais a nossa economia, para apresentar o nosso estado de uma forma bonita, produtiva e sustentável para todo mundo. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para complementar, quanto a esses parques urbanos como o Ibirapuera, o Tanguá em Curitiba, o Jardim



Botânico, o Parque das Nações Indígenas... Eu já ouvi do governador a ideia de uma grande concessão, porque nós temos um dos melhores parques urbanos para visitação. Portanto o Parque das Nações Indígenas pode se tornar um dos maiores centros de visitação de Mato Grosso do Sul. Vossa Excelência está de parabéns. O turismo é uma grande indústria, sem dúvida. Nada mais havendo a tratar, esta Presidência dá por encerrada a presente Sessão (11h30min).